

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

CURSO DE PEDAGOGIA

**Conceito de letramentos na educação infantil: uma análise documental da Base Nacional
Comum Curricular**

Samantha Vigena de Almeida

Mariana

Outubro/2024

SAMANTHA VIGENA DE ALMEIDA

**Conceito de letramentos na educação infantil: uma análise documental da Base Nacional
Comum Curricular**

Trabalho de Conclusão do Curso de Pedagogia da
Universidade Federal de Ouro Preto, orientado pela Profa.
Dra. Rómina de Mello Laranjeira, do departamento de
Letras da Universidade Federal de Ouro Preto.

Mariana

Outubro/2024

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A447c Almeida, Samantha Vigena de.
Conceito de letramentos na educação infantil [manuscrito]: uma análise documental da Base Nacional Comum Curricular. / Samantha Vigena de Almeida. - 2024.
21 f.: il.: tab..

Orientadora: Profa. Dra. Rómina de Mello Laranjeira.
Monografia (Licenciatura). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Graduação em Pedagogia .

1. Base Nacional Comum Curricular. 2. Escrita. 3. Fala. 4. Habilidades sociais. 5. Letramento. I. Laranjeira, Rómina de Mello. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 37.016:028

Bibliotecário(a) Responsável: Luciana Matias Felício Soares - SIAPE: 1.648.092



FOLHA DE APROVAÇÃO

Samantha Vigena de Almeida

Conceito de letramentos na educação infantil: uma análise documental da Base Nacional Comum Curricular

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia

Aprovada em 12 de outubro de 2024.

Membros da banca

Profa. Dra. Rómima de Mello Laranjeira - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Prof. Dr. Erisvaldo Pereira dos Santos - Membro (Universidade Federal de Ouro Preto)

Profa. Dra. Rómima de Mello Laranjeira, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 05/11/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Rómima de Mello Laranjeira, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 05/11/2024, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0806326** e o código CRC **4AA5697B**.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de verificar, por meio da análise documental, como o conceito de letramento e conceitos a ele relacionados (práticas de linguagem, práticas sociais, letramentos, multiletramentos, fala, escrita, alfabetização e oralidade) são retratados na Base Nacional Comum Curricular no campo de experiência Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação da Educação Infantil. A investigação foi feita partindo dos modelos de letramento (autônomo e ideológico) e da relação entre Oralidade e Letramento, a fim de identificar em qual contexto os conceitos se encontram inseridos na Base e de que forma eles poderão ser circularizados na primeira etapa da educação básica. Para isso, realizamos uma análise quantitativa dos conceitos acima citados e organizamos o resultado da análise em formato de quadro, para fins de melhor compreensão e visualização e concluindo a partir dele que a Base não apresenta em sua primeira etapa os conceitos de letramento e seus derivados, com exceção dos conceitos de escrita, fala e práticas sociais.

Palavras-chave: BNCC; Competências; Escrita; Fala; Habilidades; Letramentos; Oralidade; Práticas Sociais.

ABSTRACT

The aim of this work is to verify, through documentary analysis, how the concept of literacy and related concepts (language practices, social practices, literacies, multiliteracy, speech, writing and orality) are portrayed in the Base Nacional Comum Curricular in the field of experience Listening, Speaking, Thinking and Imagining in Early Childhood Education. The investigation was based on the models of literacy (autonomous and ideological) and the relationship between Orality and Literacy, in order to identify in which context the concepts are inserted in the Base and how they can be circulated in the first stage of basic education. To do this, we carried out a quantitative analysis of the concepts mentioned above and organized the result of the analysis in a table, for better understanding and visualization, concluding that the Base does not present the concepts of literacy and its derivatives in its first stage, with the exception of the concepts of writing, speech and social practices.

Key words: BNCC; Competencies; Writing; Speech; Ability ; Literacy; Orality; Social Practices.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
LETRAMENTOS E A ALFABETIZAÇÃO.....	7
ORALIDADE X LETRAMENTO.....	9
A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.....	12
METODOLOGIA.....	14
ANÁLISE DE DADOS.....	15
Educação Infantil: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação.....	15
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
REFERÊNCIAS.....	22

INTRODUÇÃO

A tecnologia da escrita surgiu como forma de representar e registrar por meio de símbolos o que se era dito de forma oral. Contudo, com o desenvolvimento social e econômico, logo se tornou necessário a criação de um método que facilitasse o entendimento sobre o que se registrava, dessa forma, foi necessária a criação de uma nova forma de registro, que não traduzisse de forma literal a fala, mas que tivesse tanto sentido quanto ela. Magda Soares (2020) explica que era necessário uma forma de registro que se orientasse pelo som das palavras, por seu significante e não pelo seu significado.

Sendo assim, a escrita alfabética, do jeito que conhecemos e usamos, surgiu como uma maneira de nos dar acesso à cultura escrita, que está presente até mesmo nas atividades mais básicas e envolve as práticas sociais, culturais e econômicas. Escrevemos textos, lemos as placas das ruas e dos ônibus, nos comunicamos uns com os outros pelos mais diversos suportes, fazemos compras, assistimos filmes, entre outras diversas atividades e práticas diárias que são, de alguma maneira, derivadas da escrita. O autor Brian Street (2014) ao discutir sobre essas práticas sociais permeadas pela leitura e pela escrita, traz à discussão o conceito de letramentos, conceito com o qual trabalharemos ao longo deste trabalho.

Compreendendo o letramento como as práticas sociais que se relacionam com a leitura e a escrita, o presente artigo surge com o objetivo de discutir a presença dos letramento na Base Nacional Comum Curricular (doravante, BNCC), no campo de estudo delimitado pela faixa etária das Crianças Pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses), dentro do campo Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação.

Esse trabalho é regido pela pergunta-problema: Como os letramentos e suas variações são apresentados na Base Nacional Comum Curricular no campo Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação, na faixa etária das Crianças Pequenas na etapa da Educação Infantil? Consideramos como variações dos letramentos: práticas sociais, práticas de linguagem, oralidade, fala, escrita, alfabetização, letramento e multiletramentos.

O estudo se apresenta como uma continuação da pesquisa feita na Iniciação Científica intitulada: Episteme e Fetiche nos Letramentos: política de educação, ensino e pedagogia da Língua Portuguesa nos discursos oficiais, onde o campo de estudo se focou apenas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Buscamos aqui ampliar a pesquisa para a Educação Infantil, a fim de identificar quantitativamente a presença dos letramentos e suas variações no espaço pré

determinado, trazer a discussão a dualidade entre oralidade e letramento, e analisar de que forma os letramentos são contextualizados na BNCC.

A discussão se faz necessária pelo entendimento de que os letramentos são essenciais para a inserção dos alunos nas práticas culturais e sociais das comunidades onde estão inseridos. Dessa forma, procuramos analisar de que forma eles são contextualizados no documento que rege a educação brasileira.

Apresentaremos no decorrer desse trabalho nosso referencial teórico, onde contextualizamos o letramento, a “grande divisão” entre letramento e oralidade e a BNCC, discutiremos a metodologia de pesquisa utilizada e encerraremos nossa pesquisa analisando sobre os dados dela obtidos, por meio de uma esquematização feita por nós.

LETRAMENTOS E A ALFABETIZAÇÃO

O termo Letramento surgiu no Brasil durante a década de 1980, com intuito dar nome às práticas sociais de leitura e escrita que iam além do processo de alfabetização e não se relacionavam apenas com a cultura escolar (Soares, 2004).

Sendo essencialmente diferentes, Letramento e Alfabetização são dois conceitos que se complementam. A alfabetização tem como objetivo ensinar uma pessoa a ler e a escrever, ou seja, decodificar e codificar a tecnologia da escrita, já o letramento surge visando caracterizar as práticas sociais permeadas pela leitura e pela escrita, mas que não são dependentes da alfabetização para serem realizadas. Como vemos com Magda Soares, em *Letramento: um tema de três gêneros* (2009), se apropriar da escrita é diferente se ter aprendido como usá-la. Prioriza-se na escola um aprendizado da estrutura e não do sentido, é ensinado como devemos escrever e ler, mas não o porquê devemos saber fazê-los.

Afinal, como explicamos para um aluno que seus avós, mesmo que não alfabetizados, conseguem trabalhar, ir ao mercado, pagar as contas, usar um caixa eletrônico ou até mesmo “ler” a identificação de um ônibus? Para Bakhtin “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (Bakhtin, 2003 *apud* Geraldi, 2014, p.28) o que significa que tudo o que fazemos está, de alguma forma, relacionado com os signos linguísticos, sejam eles falados, escritos ou lidos.

Ao entendermos que não há a obrigação de sermos alfabetizados para sermos letrados, estamos assimilando o conceito de letramento com seu modelo ideológico. Onde ele apresenta uma função social, ideológica e cultural, não se relacionando apenas com a técnica da escrita, mas também com sua participação na sociedade. Para esse modelo Street (2014) diz na

introdução de seu livro *Letramentos Sociais: Abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*, que o letramento deve ser conceitualizado “[...] como uma prática ideológica, envolvida em relações de poder e incrustada em significados e práticas culturais específicos - o que tenho descrito como “Novos Estudos do Letramento” (Street, 2014, p.17).

O conceito de letramento pode ser organizado em duas perspectivas denominadas de modelo ideológico e modelo autônomo. O modelo ideológico, discutido acima, está essencialmente relacionado às práticas sociais de leitura e escrita, podendo variar do conhecimento de identificar uma determinada marca de comida sem ler o rótulo, à capacidade de ler e refletir sobre uma tese de doutorado. É por meio dessa compreensão acerca do letramento e de sua presença em todos os âmbitos de nossa vida, que voltamos à discussão para a escola, instituição que forma seus alunos para serem sujeitos sociais, críticos e autônomos.

Para isso, utilizamos a Base Nacional Comum Curricular, visto sua função de nortear os currículos escolares nas definições de suas competências e objetivos de aprendizagem e de ensino. A base se torna o ponto chave de inserção do letramento na educação.

Diferente do modelo ideológico, o letramento autônomo é compreendido como “um conjunto separado, reificado de competências “neutras”, desvinculado do contexto social” (Street, 2014, p.129). Ou seja, o afasta de seu sentido social, ignorando sua função cultural e social e fazendo com que se associe apenas ao uso da escrita.

Sendo achado de forma predominante no ambiente escolar, o letramento autônomo procura distanciar o sujeito da língua falada, seu foco está na aprendizagem da escrita, objetificando a língua e fazendo com que ela seja vista apenas como palavras grafadas. Neste modelo exclui-se a conectividade existente entre fala e escrita, fazendo com que a escrita se distancie de seu contexto social e político, reafirmando a existência de relações de poder onde o saber ler e escrever oferece para o sujeito uma posição que apenas a fala não pode oferecer.

Contudo, devemos manter em mente que um modelo não anula e nem contradiz o outro (Guerra e Laranjeira, 2023; Street, 2014). Não podemos falar sobre o letramento social e seu papel crítico na sociedade sem levar em consideração a necessidade do uso da escrita em sua forma técnica.

ORALIDADE X LETRAMENTO

Sendo dois conceitos essencialmente diferentes, mas complementares, a Oralidade e o Letramento dizem respeito às práticas sociais que envolvem respectivamente a fala e a escrita. Para o linguista Marcuschi (1997) somos seres eminentemente orais, ou seja, a fala é algo nato do ser humano e por tanto a desenvolvemos sem o apoio de qualquer tipo de tecnologia, pois ela está compreendida em toda a sociedade.

Entretanto o mesmo não acontece com a escrita que depende de um código para ser reproduzida. Ela é inata ao ser humano e é compreendida como uma maneira de representar a fala por meio de signos que possuem especificidades próprias e respeitam uma organização gramatical.

Ao discutir sobre a escrita, a autora Magda Soares (2020), diz que seu surgimento se deu pela necessidade de se registrar aquilo que se falava por meio de uma representação simbólica. Segundo ela “quando se inventou a escrita, a primeira alternativa foi representar aquilo de que se falava, então, se desenhava, de forma simplificada, o *significado*¹ das palavras.” (Soares, 2020, p.44).

Para Soares, o significado é “o ser, o conceito, a *ideia*² a que a cadeia de som se refere” (Soares, 2020, p.43), é a reprodução exata, sem inferências, da fala, se escreve exatamente aquilo que se diz, sem a possibilidade de haver duplos sentidos. Sendo assim, se fez necessária a criação de um sistema que representasse o significante das palavras, que seria, para a autora, “a cadeia de sons que representa um ser, um conceito, uma ideia” (Soares, 2020, p.43).

Podemos compreender o significante como o sentido que damos ao som das palavras para podermos desenvolver a escrita. Essa relação entre som e escrita vem a ser definida como relação grafema/fonema, onde primeiro é preciso que o sujeito em processo de alfabetização compreenda o som das letras, para então aprender a grafá-las.

Apesar do processo de alfabetização se ligar intimamente à escola, já que é nela que as crianças aprendem o alfabeto, a ler e a escrever, a escrita não está presente apenas nos ambientes escolares e também possui sua função nas práticas sociais da língua, desenvolvendo a função do letramento. Marcuschi (1997) difere os conceitos de letramento e escrita da seguinte forma: o primeiro é compreendido como uma prática social da língua e acompanha a oralidade, o segundo é uma modalidade da língua e é acompanhado da fala. Por

¹ Destaque da autora.

² Destaque nosso.

esse motivo não podemos discutir o segundo grupo (das modalidades, fala e escrita), sem discutir o primeiro (das práticas sociais, oralidade e letramento).

O letramento, como apresentado anteriormente, se relaciona com os usos sociais da escrita e leitura, não dependendo exclusivamente da alfabetização para acontecer. Já a escrita, representa a fala e é subordinada da alfabetização, pois para podermos reproduzir aquilo que falamos, é necessário que saibamos sua representação gráfica, suas normas e convenções gramaticais e as regras de ortografia e sinalização.

A oralidade, por sua vez, é vista como uma prática social, que é representada pela fala e está presente em todos os contextos sociais, podendo ser manifestada de diversas formas, segundo Marcuschi (1997), ela pode ir desde o contexto mais informal até o mais formal.

É com isso em mente (fala e escrita como modalidades das práticas sociais oralidade e letramento) que o autor nos apresenta quatro formas de se compreender a ideia de fala e escrita. Essas formas são organizadas em tendências, sendo elas: dicotômica, fenomenológica de caráter culturalista, variacionista e interacional. Aqui nos interessa apenas duas das quatro, a dicotômica e a variacionista.

A tendência dicotômica, assim como podemos perceber pelo nome, divide a fala e a escrita em dois conceitos divergentes. Aqui a análise se volta para o código, há a separação entre forma e conteúdo, a língua e o uso da língua. Nessa perspectiva a fala e a escrita não se complementam, elas são opostas, enquanto a fala é implícita, redundante, não planejada, imprecisa e não normalizada, a escrita é explícita, condensada, planejada, precisa e normalizada.

Além de fazer com que o estudo da língua aconteça por meio de regras que, por sua vez, fazem com que o ensino das normas gramaticais seja imposto, essa tendência também resulta na supervalorização da escrita sobre a fala. Ao ser apresentada como planejada, precisa e normalizada, a escrita surge como uma modalidade organizada, a qual demanda tempo e compreensão para que possa ser reproduzida, fazendo com que seja compreendida como sendo mais complexa que a fala. Sobre isso, Marcuschi diz: “Sua tendência é restritiva e a própria noção de regra por ela importa é demasiado rígida. Uma de suas conclusões mais conhecidas é a que postula para a fala uma menor complexidade e uma maior complexidade para a escrita.” (Marcuschi, 1997, p.128).

Na tendência variacionista o foco está no ensino do currículo bidialetal, ou seja, o uso de ambas as normas (culto, onde se preza pela grafia correta das palavras, e coloquial, onde escrevemos da forma que falamos), há uma preocupação com as variações da língua e a

importância de se ensinar essa diversidade na escola. Aqui fala e escrita não são vistas como opostas, mas como duas formas de se conseguir um mesmo resultado, a comunicação, e o uso delas deve ser adequado conforme o ambiente em que o sujeito se encontra.

Para essa tendência Marcuschi disserta que:

O interessante nessa perspectiva é que a variação se daria tanto na fala como na escrita, o que revistaria o equívoco de identificar a língua escrita com a padronização da língua, ou seja, impediria identificar a escrita como equivalente a língua padrão. (Marcuschi, 1997, p.132)

Não há, nessa tendência, a ideia da escrita como um prestígio social a ser alcançado pelos sujeitos. Aqui ela é tão importante quanto a fala e seu uso não é necessariamente formal, pois assume sua variabilidade e diversificação, igualmente vistas na fala.

No campo educacional, é comum vermos o ensino da norma culta e norma coloquial, seguindo a organização da tendência variacionista, porém, apesar disso, ao estudarmos a Base Nacional Comum Curricular e suas habilidades, podemos observar que em muitos momentos, o foco do ensino e da aprendizagem está nos signos linguísticos. O documento possui um espaço de tempo estipulado para que as crianças se alfabetizem e após isso, outro espaço de tempo para que as normas gramaticais sejam aprendidas e internalizadas pelo aluno.

A respeito da alfabetização, Marcuschi nos apresenta um sentido social e político onde faz a seguinte reflexão:

Pode ser útil ou preocupante aos governantes. Por isso, os que detêm o poder pensam que ela [alfabetização] deveria dar-se de preferência sob o controle do Estado e nas escolas formalmente instituídas. Neste caso, o controle e a supervisão do Estado orientariam o ensino para *seus* objetivos. Isto sugere que a apropriação da escrita é um fenômeno “ideologizável” (Marcuschi, 1997, p.125)

Como cita o autor, a intenção de transformar a alfabetização em um processo essencialmente escolar faz com que se torne possível a organização dela da forma que melhor cabe ao Estado e aos seus objetivos, visto que a escola é uma instituição de reprodução das concepções do sistema político e econômico os quais estamos inseridos. Sobre essa reflexão, Silva (2012) apresenta que: “A escola é o meio pelo qual ainda podemos pensar sobre os processos que legitimem as práticas emancipatórias dos seres humanos, porque é nela que se

encontra engendrada todas as formas de alienação existentes na realidade” (Silva, 2012, p.100).

Entretanto, para que os objetivos do Estado sejam alcançados, se faz necessário a criação de um sistema padronizado de ensino, que se deu por meio da criação da Base Nacional Comum Curricular, um documento normativo que faz a gerência dos currículos escolares e estipula habilidades e objetivos a serem seguidos pela escola.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

A BNCC é um documento norteador, composto por competências gerais e específicas e habilidades pré-determinadas que as crianças e adolescentes devem alcançar no decorrer dos anos do ensino básico. Como o próprio documento nos diz:

Além disso, a BNCC e currículos têm papéis complementares para assegurar as aprendizagens essenciais definidas para cada etapa da Educação Básica, uma vez que tais aprendizagens só se materializam mediante o conjunto de decisões que caracterizam o currículo em ação. (Brasil, 2018, p.16)

A Base não foi criada com a intenção de ser um currículo, mas com o intuito de padronizar o sistema de ensino, por fornecer aos currículos estaduais as competências e habilidades que devem ser trabalhadas com os alunos durante as etapas da educação básica. Guerra e Laranjeira (2023), ao discutirem sobre o contexto político o qual a BNCC foi criada e a ideia de padronização nela contida, ressaltam que a criação do documento “[...] se sustentou com a premissa de que a educação básica do país tivesse um currículo comum a ser estudado, para que assim houvesse um aumento da qualidade de ensino e aprendizagem”(Guerra; Laranjeira, 2023, p.04), o que seria resultado da padronização da escolarização por meio de um currículo único.

O documento surge em um contexto político neoliberal o qual podemos encontrar refletido na base por meio de sua organização por competências específicas e habilidades que possuem como objetivo alinhar a educação às demandas próprias do mundo do trabalho. Sobre essa estruturação em competências, Silva (2012) explicita que fazer com que o sistema educacional brasileiro seja organizado por meio de competências faz com que se relacione intimamente com os moldes do capitalismo, tentando adaptar a instituição ao caráter econômico de mercado.

Assim sendo, o autor também nos diz que “[...] nesta situação, os objetivos de uma educação emancipadora perdem o seu sentido real, quando se torna o instrumento ideológico do pensamento burguês para a manutenção da ordem vigente” (Silva, 2012, p. 102). O que derruba por terra a pedagogia freiriana que ressalta a importância de uma educação libertadora, crítica, social e reflexiva, fazendo com que a educação tenha como objetivo final a entrada dos alunos no mercado de trabalho.

Para isso, a BNCC explicita que suas competências são definidas como “[...] a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (Brasil, 2018, p.08).

A Base Nacional Comum Curricular é organizada em etapas, sendo a primeira a Educação Infantil. Organizada em três grupos, separados por faixa etária (Bebês, Crianças bem pequenas e Crianças Pequenas), ela conta com seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento (conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se) e cinco campos de experiências (Eu, o Outro e o Nós; Corpo Gesto e Movimentos; Traços, Sons, Cores e Formas; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações). Cada um dos cinco campos contam com um quadro de Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento, que é composto pelas habilidades definidas para cada faixa etária.

Já a segunda etapa: Ensino Fundamental, o encontramos organizado em dois grupos, Anos Iniciais e Anos Finais, o primeiro corresponde do 1º ao 5º ano e o segundo do 6º ao 9º ano. Esta etapa possui cinco áreas do conhecimento, onde cada uma delas conta com competências específicas e componentes curriculares, os quais também possuem suas próprias competências e quadros de Objetivos e Aprendizagem e Desenvolvimento. O mesmo acontece com o Ensino Médio, composto apenas por três anos, essa etapa é organizada em 4 áreas de conhecimento com seus respectivos componentes curriculares, competências e habilidades.

Apesar de abranger todas as etapas da educação básica, nos interessa para esse trabalho apenas uma das áreas, a educação infantil e um de seus campos de experiências, o escuta, fala, pensamento e imaginação, na faixa etária das crianças pequenas.

METODOLOGIA

Para a realização dessa pesquisa nos baseamos em uma análise documental da Base Nacional Comum Curricular, a fim de analisarmos a faixa etária das Crianças Pequenas, que vai dos 4 anos aos 5 anos e 11 meses, no campo Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação. Baseando-nos em Junior et. al. (2021), definimos primeiro nosso objetivo de pesquisa, sendo ele identificar quantas vezes conceitos como letramentos e seus derivados apareciam na BNCC e analisar de que forma eles são apresentados no documento.

Para nossa investigação selecionamos os seguintes conceitos: letramento e letramentos, compreendendo que há uma diferença entre eles, visto que ao falarmos de letramento, no singular, pressupomos a existência de um letramento superior entretanto, ao nos referirmos aos letramentos (reforçando o plural da palavra) tomamos como ponto de partida a existência dos letramentos sociais. E também: práticas sociais, práticas de linguagem, oralidade, fala, escrita, alfabetização e multiletramentos.

Para a primeira parte da pesquisa montamos nossa base teórica com a realização de uma leitura focada no aprimoramento do conceito de letramento e seus modelos autônomo e social (Terra, 2003; Soares, 2009 e 2020; Street, 2014), na presença do letramento na Base Nacional Comum Curricular (Guerra; Laranjeira, 2023), na dicotômica relação entre oralidade e escrita (Marcuschi, 1997) e por fim, na pedagogia das competências (Silva, 2012), a qual não nos aprofundamos mas foi essencial para a construção da nossa reflexão acerca da organização da BNCC.

A partir da conclusão dessa etapa, avançamos para a leitura da Base Nacional Comum Curricular. Primeiro, foi analisada a sua Introdução, a etapa da Educação Infantil, com enfoque no campo de experiência Escuta, Fala e Pensamento, na faixa etária das Crianças Pequenas. Definimos esse campo de experiência por termos identificado em sua leitura um foco maior nas práticas sociais e culturais que as crianças realizam nos diferentes contextos em que estão inseridas. Também definimos para a análise, o campo da faixa etária das Crianças Pequenas, compreendendo que essa etapa é a que antecede os dois anos de alfabetização e assim, criamos a hipótese de que já se encontrariam indício da escrita nesse período.

Tendo finalizado as leituras necessárias, procuramos na BNCC a quantidade de vezes que os conceitos definidos previamente são encontrados, além de identificarmos em que contextos eles estão inseridos. Para fins de melhor visualização criamos uma tabela com os

descritores: conceitos, páginas e citação, onde procuramos mostrar visualmente os conceitos encontrados e em quais contextos eles se inserem, por meio de uma citação direta, retirada da própria base. Após essa etapa, apresentamos nossa análise e conclusão.

ANÁLISE DE DADOS

Educação Infantil: Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação

Independentemente da educação básica ter seu início na Creche com os Bebês, ela apenas passa a ser obrigatória para as Crianças Pequenas (doravante, CP), a partir dos 4 anos. Para a BNCC (2018), é aqui que se inicia e se fundamenta o processo educacional e de socialização, visto que há casos em que é apenas com a entrada na escola que a criança passa a se relacionar com pessoas que não fazem parte do seu círculo familiar.

Sua intenção nessa etapa da educação passa a ser:

[...] acolher as vivências e os conhecimentos construídos pelas crianças no ambiente da família e no contexto de sua comunidade, e articulá-los em suas propostas pedagógicas, têm o objetivo de ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades dessas crianças, diversificando e consolidando novas aprendizagens, atuando de maneira complementar à educação familiar. (Brasil, 2018, p.36)

É inegável aqui o nível de importância que se dá para as práticas sociais as quais as crianças já se encontram incluídas, entretanto é necessário que essas práticas se relacionem com as práticas pedagógicas da educação. Além disso, em seu primeiro direito de aprendizagem e desenvolvimento, a BNCC ressalta que é direito da criança “Conviver com outras crianças e adultos...utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro” (Brasil, 2018, p.38).

Apesar de não ter utilizado o conceito, podemos compreender aqui a necessidade da criança ser apresentada aos multiletramentos, compreendidos como as diversas práticas sociais que envolvem a linguagem e a escrita e dizem respeito a sentidos diversos de letramento, envolvendo seus modelos culturais e ideológicos, repletos de particularidades diversas. Segundo Street (2014), a ideia de multiletramentos contesta a de letramento (destaca-se a palavra no singular), já que está implicado na segunda ideia uma visão única e dominante, estabelecendo um padrão de letramento a ser seguido.

Ao relacionar práticas sociais e práticas pedagógicas, a Base destaca que não se deve restringir as aprendizagens a um processo natural e espontâneo, é necessário que haja uma

“intencionalidade educativa”. Brian Street (2014), apesar de não conceituar como intencionalidade educativa, discute sobre os processos de pedagogização, que, segundo ele, acontecem quando atrelamos um conceito apenas a sua função escolar. Ao discutir sobre os letramentos incluídos nos processos de pedagogização, ele nos diz:

Entre os processos institucionais que contribuem para a interiorização da voz pedagógica na escola, focalizamos a “rotulação do espaço” e os “procedimentos”. A institucionalização de um modelo particular de letramento opera não só por meio de formas particulares de fala e de textos, mas no espaço físico e institucional, que é separado do espaço “cotidiano” para fins de ensino e aprendizagem e que deriva de construções sociais e ideológicas mais amplas do mundo social e construído. (Street, 2014, p.130)

Para Street, a institucionalização, nesse caso, do letramento, faz com que ele seja separado de seu espaço social, fazendo com que sua finalidade se volte apenas para o ensino e a aprendizagem. Podemos estender essa discussão para a intencionalidade educativa imposta como necessária pela BNCC, segundo o documento “[...] impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil” (Brasil, 2018, p.38), o que traz como consequência o mesmo afastamento social discutido acima por Street, fazendo com que toda ação educativa possua um fim em si mesma e se afaste de suas construções sociais e ideológicas.

Como já foi discutido nesse trabalho, a BNCC esquematiza os conhecimentos a serem ensinados por meio de etapas. Na etapa da Educação Infantil, essa esquematização é feita a partir dos campos de experiências, entre eles o de: escuta, fala, pensamento e imaginação (doravante, EF). Para esse campo, espera-se que as crianças participem de situações cotidianas que envolvam a comunicação e interação entre os sujeitos. É por meio dessa comunicação que as crianças aprenderão o uso da língua e participarão da cultura oral, entrando em contato com as múltiplas linguagens e se constituindo como sujeitos ativos em seu contexto social.

Ainda neste campo de experiência, a Base assegura que é por meio de sua relação com a cultura oral que a criança desenvolve a curiosidade sobre a cultura escrita. Ela concorda com Street quando argumenta que:

Ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos

gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. (Brasil, 2018, p.42)

Como podemos ver na citação acima, é ao ouvir e acompanhar a leitura dos textos por meio da escuta, que as crianças criam sua concepção da escrita, visto que ela é uma representação daquilo que falamos. Também podemos perceber que neste campo, a Base dá à escrita uma função social, ao relacioná-la aos diversos gêneros e suporte, além de salientar que nesta etapa, a cultura escrita deve partir daquilo que as crianças já conhecem. Paulo Freire (1967, p.103) já discutia esse uso da escrita ao dizer que “[...] “desde logo, afastáramos qualquer hipótese de uma alfabetização puramente mecânica. Desde logo, pensávamos a alfabetização do homem brasileiro, em posição de tomada de consciência, na emersão que fizera no processo de nossa realidade”.

Ao partirmos para a análise quantitativa dessa etapa da educação, com o foco no campo de experiência já estudado e a faixa etária das CP, foi possível obter os dados apresentados no quadro abaixo, composto pelos conceitos, as páginas onde eles foram encontrados com as respectivas quantidades e a citação direta, retirada da BNCC.

Quadro 1: registro quantitativo de ocorrências de conceitos relevantes para análise

Conceitos	Página	Citação
Práticas Sociais	p.09	Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
Práticas de Linguagem(s)	X	X
Oralidade	X	X
Fala	p.42(x2)	- Campo: Escuta, fala , pensamento e imaginação. - Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.
	p.49 e 50	Escuta, Fala , Pensamento e Imaginação

	p.55	Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando sua fala ao contexto em que é produzida.
Escrita	p.38	Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita , a ciência e a tecnologia.
	p.42(x9)	Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita : ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita , reconhecendo diferentes usos sociais da escrita , dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita , a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.
	p.49(x2)	(EI03EF01) Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
	p.50(x4)	(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa. (EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita , realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.
	p.55(x2)	- Conhecer diferentes gêneros e portadores textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação. - Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc.).
Alfabetização	X	X
Letramentos	X	X

Letramento	X	X
Multiletramento	X	X

Fonte: a autora (2024)

Observando a tabela acima podemos constatar que na etapa de educação infantil não conseguimos encontrar os seguintes conceitos: práticas de linguagem, oralidade, alfabetização, letramento, letramentos e multiletramentos. O fato de não identificarmos o conceito de alfabetização se liga ao fato de que ela ocorre principalmente no primeiro e segundo ano do ensino fundamental, entretanto podemos ver a ansiedade de se trabalhar com a escrita logo nos primeiros anos escolares ao identificarmos 18 (dezoito) vezes a presença desse conceito na primeira etapa da educação básica, sendo que 3 deles estão presentes nas habilidades do campo EF na faixa etária de das CP.

Em 6 (seis) das 18 vezes em que a escrita aparece, ela está relacionada com as habilidades (EI03EF01, EI03EF06, EI03EF09) de escrita espontânea e a expectativa de um registro escrito feito dos estudantes. Segundo Magda Soares (1999), trabalhar com a escrita espontânea é entender que a criança não precisa saber escrever para colocar em prática a escrita, sua intenção é que ela se alfabetize, escrevendo. Por isso, na escrita espontânea, o foco não está na grafia correta das palavras, mas sim na compreensão que o aluno tem acerca da relação grafema/fonema, podendo, dessa forma, evoluir para a alfabetização.

Entretanto, para que haja a compreensão sobre a relação dos sons das letras, é necessário que elas já tenham sido apresentadas aos alunos antes de se trabalhar a escrita espontânea. Podemos observar que já na faixa etária das Crianças Bem Pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) a letra é trabalhada na habilidade EI02EF09, no campo EF, onde se tem como objetivo “manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos” (Brasil, 2018, p50). Para Magda Soares, “a manipulação correta e adequada dos suportes em que se escreve e nos quais se lê” (Soares, 2021, p.27) tem uma relação direta com o conceito de alfabetização, visto que se trata da apropriação da escrita de forma a conhecer as técnicas necessárias para sua execução.

Nas outras 12 (vezes) vezes que o conceito de escrita aparece, ele surge sendo associado à sua função social e cultural, como podemos destacar em:

Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à **cultura escrita**: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua **escrita**, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e

portadores. Na Educação Infantil, a imersão na **cultura escrita** deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. (Brasil, 2018, p.42, grifo nosso)

Por nos encontrarmos em uma sociedade permeada pela escrita, é de se esperar que as crianças já tenham contato com ela desde muito novas, mesmo antes de ingressarem na escola, seja pela leitura de anúncios na rua, livros de receita em casa ou histórias e contos na hora de dormir e como podemos ver na citação acima, é papel da escola ensinar os alunos tomando como ponto de partida a própria cultura escrita.

Como Kalman discute em seu texto *Discussões conceituais no campo da cultura escrita*³, esse conceito é um “conjunto de práticas de linguagem inseridas nas complexidades da vida social e não uma variável independente, isolada de outros fatores econômicos, políticos, sociais e culturais”⁴ (Griff, 2008 *apud* Kalman, 2008, p.118). Como temos apresentado no decorrer deste trabalho as práticas sociais de leitura e escrita, denominadas de letramentos, possuem um papel ideológico e social, não se restringindo apenas ao uso da escrita por meio de sua representação gráfica, mas dando a ela um sentido permeado por fatores culturais, políticos e econômicos.

Ao observarmos o trecho destacado da BNCC, podemos perceber que ela relaciona o conceito de cultura escrita com certas práticas sociais ao relatar “os textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar”, além de destacar os diversos gêneros, suportes e portadores. Entretanto não há um aprofundamento em relação a definição do conceito e é possível haver até mesmo uma certa confusão ao inferir que a imersão da criança na cultura escrita deve se dar por meio daquilo que elas já conhecem e possuem curiosidades, visto que elas já estão imersas na cultura escrita por meio das práticas de linguagem e das práticas sociais de leitura e escrita.

Outro conceito que devemos tomar para a análise é o de “fala” que aparece apenas 5 (três) vezes nessa etapa. Sua primeira apresentação é no nome do campo “Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação”, segundo a BNCC:

Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na **cultura oral**, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas

³ Tradução nossa.

⁴ Tradução nossa.

linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social. (Brasil, 2018, p.42, grifo nosso)

Como podemos observar, o documento disserta sobre a cultura oral, mas não sobre a oralidade. Ao tratar a cultura oral, a BNCC destaca os diversos contextos e gêneros em que ela se insere. Segundo o linguista Marcuschi (1997), a fala é apenas uma modalidade da oralidade, é a oralidade que está presente nas práticas sociais, enquanto a fala é uma das maneiras que usamos para participarmos dessas práticas.

Embora se dê o sentido correto à oralidade pela “fala”, é perceptível que ela não tem presença tão marcada nesta etapa da educação quanto a “escrita” que aparece quase quatro vezes mais, o documento não nega a importância da fala, mas não a retrata como faz com a escrita. Também podemos observar que embora a etapa de educação infantil não cite nem a alfabetização, nem o letramento, é possível identificar, com nossa análise, a presença dos dois de forma subentendida, seja por não acharem adequado nomear dessa forma ou por não compreenderem os conceitos dessa maneira. Contudo, é de grande importância essa nomeação dos conceitos na BNCC, visto que o documento serve de norte para a criação e adequação de todos os currículos escolares e para que a relação dialógica e não dependente de Letramento e Alfabetização seja conhecida pelos professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da análise feita, podemos observar que a Base Nacional Comum Curricular não apresenta em sua etapa da educação infantil o conceito de letramentos e suas variações de forma direta, é possível identificar apenas: fala, escrita e de citar apenas uma vez práticas sociais. Pela análise é possível concluir que, nesta etapa da educação, a escrita é tomada pela sua função social, o que, por sua vez, diz respeito aos letramentos, da mesma forma a fala, ao ser vista como uma prática social é compreendida como oralidade, entretanto nenhum dos dois conceitos foram encontrados em nossa pesquisa.

Contudo, ao não nomear especificamente os conceitos como letramento, multiletramentos e oralidade faz com que possa eventualmente haver um apagamento deles, não apenas na própria BNCC, mas também nos currículos escolares, nos projetos pedagógicos das escolas e conseqüentemente nas salas de aula. Com tudo, devemos manter em mente o papel político que a BNCC possui, com a intenção de aumentar a qualidade da educação brasileira, fazendo isso por meio de sua padronização, a Base destaca e elege os conteúdos que devem ser trabalhados nas escolas de educação básica e a não presença de alguns deles,

Júnior, E. et. al. Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.44, p.36-51, 2021. Disponível em: [v. 20 n. 44 \(2021\): Cadernos da Fucamp | Cadernos da FUCAMP](#) Acesso em: 29 jul. 2024

Kalman, J. Discusiones conceptuales en el campo de la cultura escrita. **Revista Iberoamericana de Educación**. n.46, p.107-134, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.35362/rie460719> Acesso em: 01 out. 2024

Marcuschi, L. A. Oralidade e escrita. **Signótica**, 9:119-145, jan/dez. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/sig.v9i1.7396> Acesso em: 22 ago. 2024

Silva. M. D. **Educação, Ideologia e Complexidade**: contribuição para a crítica ao pensamento de Edgar Morin e sua interface com a educação brasileira. Jundiaí: Paco Editorial, 2012.

Soares, M. Aprender a escrever, ensinar a escrever. **A magia da linguagem**, v. 2, p. 49-73, 1999. Disponível em: [Magda Becker Soares' \(crmariocovas.sp.gov.br\)](#) Acesso em: 26 jul. 2024.

Soares, M. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782004000100002> Acesso em: 01 ago.2024.

Soares, M. **Letramento**: um tema de três gêneros. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

Soares, M. **Alfaletrar**: toda criança pode aprender a ler e a escrever. 1. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

Street, B. **Letramentos Sociais**: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22168/2237-6321.6.6.2.391-395> Acesso em: 15 ago. 2024

Terra, M. R. Letramento e Letramentos: uma perspectiva sócio cultural dos usos da escrita. **D.E.L.T.A**, 29:1, p.29-58, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/delta.v29i1.9865> Acesso em: 20 ago. 2024